Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Statkraft Energias Renováveis S.A. (a "Companhia", ou "SKER") – anteriormente denominada Desenvix Energias Renováveis S/A – e suas controladas (conjuntamente "o Grupo"), com sede social em Florianópolis Santa Catarina, tem por atividade principal a participação no capital social de outras empresas nas áreas de geração de energia elétrica. A Companhia teve sua razão social alterada no dia 13 de julho de 2015.

Em 13 de fevereiro de 2015 a Companhia divulgou fato relevante informando que os acionistas Statkraft Investimentos Ltda. e Jackson Empreendimentos S.A. chegaram a um acordo onde o Grupo Jackson concordou em vender para o Grupo Statkraft a totalidade de sua participação acionária na Companhia. A conclusão desta operação ocorreu no dia 13 de julho de 2015.

No dia 30 de março de 2015, conforme fato relevante divulgado, a Companhia e sua sócia J. Malucelli Energia S.A. firmaram acordo vinculante de venda do bloco de controle da participação societária detida nos ativos de transmissão, compostos por Goiás Transmissão S.A. e MGE Transmissão S.A. ("SPEs"), para a Empresa de Energia de Bogotá S.A. E.S.P. Cada acionista detinha individualmente 25,5% da participação societária em cada SPE, e consequentemente, juntas totalizavam 51%. A operação de venda destes ativos foi concluída no dia 21 de agosto de 2015.

(a) Operações

Em geral, apesar do desempenho positivo da Companhia com relação ao GSF até 31 de dezembro de 2015, o cenário brasileiro de geração hidrelétrica encontra-se conturbado. A deficiência da geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos com relação pela redução do GSF. Esse fato fez que com que geradoras participantes do MRE entrassem com liminares para suspensão dos pagamentos desta natureza.

(b) Lei 13.203 de 08 de dezembro de 2015

O longo período hidrologicamente adverso, além de políticas operacionais acíclicas, levou o MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) a um desequilíbrio estrutural, alocando perdas bilionárias aos geradores hidrelétricos participantes do mecanismo.

O déficit hidrelétrico, representado pelo GSF, reduz os recursos disponíveis aos geradores, podendo expôlos ao mercado de curto prazo, onde a energia de reposição representa valores muito acima daqueles praticados em seus contratos de longo prazo.

Neste contexto, geradores hidrelétricos buscaram na justiça, o reequilíbrio de suas operações, culminando em uma série de decisões liminares favoráveis, que blindam os agentes beneficiados dos efeitos do GSF. Em resposta, como tentativa de reestabelecer a normalidade, em especial das liquidações da CCEE, o governo publicou a Medida Provisória 688, em 18 de agosto de 2015, convertida posteriormente na lei 12.203 dispondo, entre outros, sobre a repactuação do risco hidrológico, condicionado à desistência das demandas judiciais por parte dos geradores hidrelétricos.

Em 11 de Dezembro de 2015, a ANEEL publicou a Resolução Normativa 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.

Em 17 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração da companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA.

A classe de produto optado foi o SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

(b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas de IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver Nota 2.11 sobre *impairment* de ativos não financeiros, incluindo ágio.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Moedas funcionais e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo estão mensuradas usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4 Apresentações de informações por segmentos

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração, comercialização e operação e manutenção de ativos de geração de energia elétrica gerada por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita do Grupo nos anos de 2015 (e de 2014).

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos e recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo estão em "Contas a receber de clientes e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 2.5 e 2.7).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que estão designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das outras categorias anteriores. Estes ativos financeiros são investimentos que estão apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

Em caso de evidência objetiva de impairment, o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por impairment sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por impairment ter sido reconhecida no resultado, a perda por impairment é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por impairment reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos por meio do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

2.8 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos , as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

2.9 Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda e Contribuição Social (IRPJe CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

Nesse ínterim, as despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de seguro operacional e Risco Civil, apropriados *pro rata temporis* ao longo do prazo de cobertura, mais seguro regulatório referente repactuação hidrológica advinda da Lei 13.203 de 08 de dezembro de 2015.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 13, estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

Com relação aos bens reversíveis, incluindo os terrenos, no vencimento da concessão ou autorização, contabilizados no Ativo Imobilizado, a Companhia determinou seu valor residual como sendo zero.

2.11 Intangível

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Da aquisição da subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.31.49832.648Da aquisição da subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.6.9716.971Da aquisição da coligada Passos Maia Energética S.A.3.5413.541Total do saldo de ágio de subsidiárias e coligadas42.01043.160

(b) Estudos de projeto

O montante dos gastos incorridos no desenvolvimento de estudos de inventário, estudos de viabilidade e estudos ambientais do possível aproveitamento hidrelétrico, eólico e outros são reconhecidos inicialmente ao custo, sendo posteriormente reduzido ao seu valor recuperável, uma vez que a sua recuperação está condicionada a aprovação dos referidos estudos e consequente realização do leilão de novos empreendimentos de geração de energia pela ANEEL, assim como, quando requerida, a obtenção pelas empresas vencedoras do leilão da licença ambiental prévia, em prazos e condições indeterminados.

Tais estudos quando da aprovação pela ANEEL para UHEs, formalizada através de Despachos ou Ofícios. Quando a Companhia tem assegurado o ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor do leilão de novos empreendimentos de geração de energia, nesse momento o ativo é reconhecido, em contrapartida

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ao resultado do exercício, quando há indicações claras e objetivas, com base em fontes internas e externas, do direito de exploração ou do seu reembolso, conforme o caso.

No caso específico de PCHs e usinas eólicas, o ativo é reconhecido por ocasião da obtenção, ou quando houver evidências claras e objetivas da obtenção, da outorga, como por exemplo, estarem classificadas como prioritárias, ter a licença ambiental prévia, terras nas proximidades do reservatório, projeto básico aceito pela ANEEL estando em fase final de complementação, entre outros. Essas condições são analisadas, individualmente ou em conjunto, considerando fatos e circunstâncias.

Caso o ganhador seja um terceiro, os referidos gastos serão repassados / faturados consoante previsão contratual e normas da ANEEL, atualizados monetariamente desde a data de sua aprovação até a data de seu pagamento, tendo por base a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), limitada a 10% ao ano; portanto, corresponde a um ativo financeiro pelo direito contratual de receber deste terceiro. Caso o ganhador seja uma parte relacionada (empresa controlada constituída para explorar o novo empreendimento de geração de energia), o referido gasto poderá ser faturado para a, ou considerado como aporte de capital na, referida sociedade.

Já os gastos com pesquisa, quando incorridos previamente de qualquer anuência ANEEL ou obtenção da licença operacional, são reconhecidos diretamente como despesas no resultado.

(c) Direito de concessão - uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão firmado pela UHE Monel Monjolinho Energética S.A. com a ANEEL. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

(d) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL, e depreciadas pela vida útil das barragens ou prazo de concessão. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível (Nota 14).

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos a amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixo para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda diferido e a contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Esses tributos são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

(a) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, via de regra são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) estão comentados na Nota 24.

2.18 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.19 Capital Social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.20 Reconhecimento da receita

(a) Venda de energia elétrica

Estas receitas são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios inerentes são transferidos para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica gerada no SIN - sistema integrado nacional. Para àquelas usinas hídricas que fazem parte do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia – a receita é reconhecida conforme sua garantia física, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina há a aplicação do GSF (Generation Scalling Factor), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

(b) Venda da prestação de servicos de O&M – Operação e Manutenção

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços e é verificado que os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, à depender da natureza de cada serviço prestado.

2.21 Normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 15 "Receita de Contratos com Clientes" Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 "Contratos de Construção", IAS 18 "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem

como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

2.22 Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros e bônus

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de Participações nos Lucros e Resultados (PLR) e bônus constituem a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo de concessão das usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. A vida útil dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

(b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, o Grupo realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo, com base em suas análises, não identificou necessidade de constituir nenhuma provisão para a recuperação dos ativos de longa duração.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado" e "Intangível".

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

Em dezembro de 2014 foi iniciado um processo de melhoria na gestão de capital do grupo, com amortizações de dívida e aportes de capital dos acionistas que resultaram na melhora dos índices de alavancagem, conforme demonstrado a seguir:

		Controladora
	31 de	31 de
	dezembro	dezembro
	de 2015	de 2014
Total dos financiamentos (Nota 16)	9	142.867
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	17.454	159
Menos: aplicação financeira restrita (Nota 9)	40.155	11.170
Dívida líquida	(57.600)	131.538
Total do patrimônio líquido	775.135	682.098
Total do capital	717.535	813.636
Índice de alavancagem financeira - %	(8,03)	16,17
		Consolidado
	31 de	31 de
	dezembro	dezembro
	de 201 <u>5</u>	de 2014
Total dos financiamentos (Nota 16)	512.280	858.602
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	79.905	23.744
Menos: aplicação financeira restrita (Nota9)	82.356	51.170
Dívida líquida	350.019	783.688
Total do patrimônio líquido	771.680	682.012
Total do capital	1.121.700	1.465.700
Índice de alavancagem financeira - %	31,20	53,47

5 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	31 de	31 de	31 de	31 de
	dezembro	dezembro	dezembro	dezembro
	de 2015	de 2014	de 2015	de 2014
Caixa e bancos	843	159	11.519	21.709
Aplicações financeiras (i)	16.611		68.386	2.035
	<u> 17.454</u>	159	79.905	23.744

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e Fundo de Renda Fixa, com rentabilidade referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

6 Contas a receber

	(Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Cliente - Fornecimento de energia elétrica (i) Clientes - Serviços terceiros (ii)			64.752 6.234	48.723 4.988
Clientes - partes relacionadas Provisão para devedores duvidosos (iii)	598	1.307 (220)	(873)	275 (220)
Total	598	1.087	70.113	53.766
Ativo Circulante	598	1.087	39.329	30.452
Ativo não circulante			30.784	23.314

- (i) Os saldos mantidos a receber no ativo circulante estão representados pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA (Programa de Incentivo as Fontes de Energia Elétrica), CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias. Também é mantido no ativo circulante o excedente de geração de energia acima de 130% ao montante contratado pelo CER (Contrato de Energia de Reserva) mantido com a CCEE e as subsidiárias que compõem o Complexo Eólico da Bahia, que é recebido ao final da apuração de cada ano contratual, em doze meses;
- (ii) O saldo de 31 de dezembro de 2015 (consolidado) corresponde a recebíveis de clientes da subsidiária Enex O&M de Sistema Elétricos Ltda; e
- (iii) Em 31 de dezembro de 2015, o saldo provisionado refere-se a 100% dos títulos em aberto (Controladora e Consolidado), e provisão para perda de títulos com liquidação duvidosa da subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

7 Outros ativos

	Con	trolauora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014	
Créditos com fornecedores	4.691		1.566	876	
Despesas por conta e ordem de terceiros	149	572	308	585	
Outros credores diversos	609	374	5.438	2.578	
	5.449	946	7.312	4.039	
Ativo Circulante	5.449	946	7.135	2.684	
Ativo não circulante			177	1.355	

8 Operações descontinuadas

Ratificando o acordo firmado em 13 de fevereiro de 2015 entre Jackson Empreendimentos S.A. e Statkraft Investimentos Ltda., na data de 14 de abril de 2015 foi assinado pelos acionistas da Companhia o Contrato de Compra e Venda de Ações, onde consta transferência para Jackson dos ativos e passivos de 100% investimento detido pela Statkraft na companhia ENERCASA - Energia Caiuá S/A. Por conta deste evento a Companhia passou a tratar este investimento como uma operação descontinuada. A operação de venda deste investimento foi concluída no dia 13 de julho de 2015.

A análise do resultado de operações descontinuadas e o resultado reconhecido na remensuração de grupo de ativos mantidos para venda são apresentados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	201 <u>5</u> _	2014
Prejuízo operacional das operações descontinuadas	(4.652)	(7.900)
Resultado financeiro	(2.066)	(3.927)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(6.718)	(11.827)

9 Aplicações financeiras restritas

Por força dos contratos de financiamento firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Santa Laura, Santa Rosa, Moinho e da UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel), e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra e Macaúbas, as empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais acessórios, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (Nota 16).

Foi recebido pela Companhia por parte Jackson Empreendimentos S/A o montante de R\$ 38.600 como garantia ao litígio da investida BBE – Brasil Bioenergia. Este montante destinado à aplicação financeira restrita, e somente será movimentado em função desta contingência.

As referidas aplicações foram realizadas com os seguintes bancos: Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com rentabilidade referenciada no CDI.

As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

		Controladora
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
No início do exercício Aplicações	11.170 38.600	13.202 (3.147)
Rendimentos Resgates	3.010 (12.62 <u>5)</u>	1.115
No final do exercício	40.155	11.170
		Consolidado
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
No início do exercício	51.170	52.119
Aplicações	38.600	24.878
	<u> </u>	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Partes relacionadas

(a) Contas a receber e a pagar

	C					
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	Consolidado 31 de dezembro de 2014		
Ativo circulante	ue 2015	ue 2014	ue 2015	ue 2014		
Contas a receber						
Esmeralda S.A.		94				
Macaúbas Energética S.A.	62	62				
Moinho S.A.	215	267				
Monel Monjolinho Energética S.A. Novo Horizonte Energética S.A.	63	288 63				
Passos Maia Energética S.A.	03	55		55		
Santa Laura S.A.	62	62		55		
Santa Rosa S.A.	127	127				
Seabra Energética S.A.	69_	69				
	<u>598</u>	1.087		<u>55</u>		
Dividendos a receber	0					
Energen S.A	890	890				
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. Esmeralda S.A.	2.971	2.875 1.906				
Goiás Transmissão S.A	2.9/1	10.434		10.434		
Macaubas Energética S.A.	96	10,404		10,404		
Moinho S.A.	2.046	176				
Monel Monjolinho Energética S.A.	5.083	217				
Novo Horizonte Energética S.A.	3.131	962				
Passos Maia Energética S.A	2.192	500	2.192	500		
Santa Laura S.A. Santa Rosa S.A.	2.864 1.926	2.444				
Seabra Energética S.A.	3.389	429 1.203				
	24.588	22.036	2.192	10.934		
Ativo não circulante						
Adami S.A. Madeiras		654		654		
Água Quente Ltda.	2.628	884	2.628	884		
Bom Retiro S.A.	1.285	703	1.285	703		
Enercasa - Energia Caiuá S.A. (iii)	150 040	23.732				
Energen Energias Renováveis S.A (vii) Engevix Engenharia S.A. (i)	178.040	24.919 3.087		3.087		
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	360	3.00/		3.007		
FUNCEF (ii)	5.932	5.317	5.933	5.317		
Jackson Empreendimentos Ltda. (ii)		2.444		2.444		
JP Participações Ltda.		775		775		
Macaúbas Energética S.A. (iii)	14.619	20.182				
Moinho S.A. (iii) Novo Horizonte Energética S.A. (iii)	4.362	4.911				
Seabra Energética S/A. (iii)	967 2.125	9.809 9.376				
UHE Cubatão S.A.		197		197		
	210.318	106.990	9.846	14.061		
Total do ativo	235.505	130.113	12.038	25.050		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	(Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Passivo circulante Fornecedores				
Engevix Engenharia S.A. (v)				808
Partes relacionadas				
Engevix Engenharia S.A. (vi)		2.752		2.752
Jackson Empreendimentos Ltda. (vi)		2.209		2.209
Statkraft (vi)	616	130	616	130
	616	5.091	616	5.091
Total do passivo	616	5.091	616	5.899

- (i) Valor referente ao ressarcimento pelo desenvolvimento do projeto Baixo Iguaçu, sem incidência de encargos financeiros. Este montante foi liquidado entre as partes na data do fechamento da operação de transferência de controle da então Desenvix S/A, no dia 13 de julho de 2015;
- (ii) Valor devido pelos Controladores referente ao contrato de mutuo e valores pelo reembolso dos custos com a venda de participação acionária ocorrida no dia 8 de março de 2012. A redução dos valores da Jackson ocorreu devido à quitação parcial do saldo de partes relacionadas, conforme acordo assinado em 2014;
- (iii) Mutuo entre a Controladora e as subsidiárias, sem incidência de encargos financeiros;
- (iv) Saldo em aberto dos serviços de empreitada integral para construção dos nossos empreendimentos de geração de energia elétrica;
- (v) Composto principalmente pelo saldo em aberto da cobrança de garantias e avais corporativos, dos contratos de financiamentos da companhia e suas subsidiarias, referente aos períodos de 2014 e 2015;
- (vi) Saldos de mútuo decorrentes de cláusulas condicionantes do contrato de compra e venda de ações entre Statkraft, Agua Quente e JP Participações da controlada Energen.
- (vii) Mutuo entre a Controladora e as subsidiárias, sem incidência de encargos financeiros, a companhia esta analisando em conjunto com o Grupo Statkraft um plano de ação para liquidação do saldo entre partes relacionadas com a Energen Energética S.A. Ainda não esta definido se será via aporte de capital para subsequente pagamento da dívida da SPE Energen para a SKER, ou se ainda o montante devido será diretamente convertido em capital social na SPE Energen. Uma vez definido a opção a ser seguida para solução do saldo de parte relacionadas em aberto, será ainda necessária aprovação do Conselho de Administração e do quotista FUNCEF em função do valor envolvido bem como em função da SPE Energen possuir um sócio minoritário.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Vendas de serviços prestados

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Resultado do exercício				
Receitas de prestação de serviços				
Energen Energias Renov áveis S.A		293		
Esmeralda S.A.	1.127	1.127		
Macaúbas Energética S.A.	741	746		
Moinho S.A.	614	618		
Monel Monjolinho Energética S.A.	3.433	3455		
Novo Horizonte Energética S.A.	752	756		
Passos Maia Energética S.A.	1.028	960	1.028	960
Santa Laura S.A.	739	743		
Santa Rosa S.A.	1.510	1.519		
Seabra Energética S.A.	826	832		
	10.770	11.049	1.028	960

A controlada Enex mantém contratos firmados de prestação de serviços de O&M gerenciamento das atividades operacionais com as PCHs Santa Laura, Santa Rosa, Esmeralda, Moinho, Passos Maia, a UHE Monel e as UEEs Macaúbas, Seabra, Novo Horizonte e Energen, sendo os preços determinados considerando os custos internos.

A receita faturada (montante integral) pela empresa controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., considerada como custo dos serviços de energia elétrica, para as PCHs, UHEs e UEEs, totalizou R\$ 8.615 em 31 de dezembro 2015 (R\$ 7.932 em 31 de dezembro de 2014).

11 Investimentos não controlados ao valor justo

Nesta conta estão reconhecidos os investimentos sem influência significativa registrada a valor justo Companhia Energética Rio das Antas (participação no capital social de 5%) e Dona Francisca Energética S.A. (participação no capital social de 2,12%). Os valores das participações em 31 de dezembro de 2015 foram respectivamente R\$ 53.372 e R\$ 7.958 (sendo em 31 de dezembro de 2014 R\$ 53.477 e R\$ 10.221 respectivamente).

12 Investimentos

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Em empresas controladas Em empresas coligadas e outras	493.689 32.928	433.538 184.531	29.387	180.990
	526.617	618.069	29.387	180.990

A composição dos saldos dos investimentos em empresas controladas, coligadas e outras, podem ser assim demonstradas:

Statkraft Energias Renováveis S.A. (anteriormente denominada Desenvix Energias Renováveis S.A.) Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora
	31 de dezembro de	31 de dezembro de
	2015	2014
Empresas controledas		
Empresas controladas Enercasa - Energia Caiuá S.A.		2.649
Energen Energias Renováveis S.A.	1.683	2.049 1.740
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	4.178	, ·
Esmeralda S.A.	39.584	1.440 30.045
Macaúbas Energética S.A.	46.766	41.807
Moinho S.A.	48.827	42.284
Monel Monjolinho Energética S.A.	129.009	112.690
Novo Horizonte Energética S.A.	50.403	43.508
Santa Laura S.A.	30.499	26.902
Santa Rosa S.A.	58.869	52.687
Seabra Energética S.A.	50.720	43.752
Dougla Zhoigotta Dhi	460.538	399.504
Ágio	38.458	39.609
Lucros não realizados na controladora	(5.307)	(5.575)
Total dos investimentos em controlada	493.689	
Total dos investimentos em controlada	493.009	433.538
Empresas coligadas		
Goiás Transmissão S.A.		81.244
MGE Transmissão S.A.		73.496
Passos Maia Energética S.A.	29.387	25.595
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	, ,	655
	29.387	180.990
Ágio - direito de concessão	3.541	3.541
Total dos investimentos em coligadas	32.928	184.531
Total dos investimentos	526.617	618.069

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2015	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos	realizados no período 31 de dezembro de 2015
Empresas controladas							
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	100,00	11.051	6.872	4.179	(137)	(137)	
Esmeralda S.A.	99,99	65.783	26.200	39.583	12.510	12.522	12
Macaúbas Energética S.A.	99,99	160.638	115.629	45.009	5.114	5.114	
Moinho S.A.	99,99	101.372	53.145	48.227	8.615	8.683	68
Monel Monjolinho Energética S.A.	99,99	359.621	230.612	129.009	21.402	21.494	92
Novo Horizonte Energética S.A.	99,99	139.171	90.768	48.403	9.132	9.132	
Santa Laura S.A.	99,99	56.611	26.112	30.499	4.717	4.733	16
Santa Rosa S.A.	99,99	125.374	66.505	58.869	8.109	8.188	80
Seabra Energética S.A.	99,99	139.953	90.724	49.229	9.206	9.207	
Participação nos lucros de controladas						78.936	
Energen - Energias Renováveis S.A. Participação nas perdas de controladas Empresas coligadas	95,00	118.649	187.725	(69.076)	(67.352)	(63.985) (63.985)	
BBE Bioenergia S.A. Passos Maia Energética S.A.(controlada em conjunto) Participação nos lucros de coligadas Participação total nos lucros de coligadas e con	50,00 troladas	139.219	57.597	81.622	18.462	9.231 9.231 24.182	

Equivalência

Lucros

O patrimônio líquido contábil da Monel Monjolinho Energética S.A., Esmeralda S.A., Santa Laura S.A., Santa Rosa S.A. e Moinho Energética S.A. em 31 de dezembro de 2015 foi ajustado, para fins de cálculo da equivalência patrimonial, pelo montante dos lucros não realizados decorrentes de operações realizadas entre a Companhia e as referidas controladas de R\$ 2.063, R\$ 141, R\$ 215, R\$ 1.395 e R\$ 1.493 (2014 – R\$ 2.155, R\$ 153, R\$ 231, R\$ 1.475 e R\$ 1.561), respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos investimentos no período de 2015 e 2014 pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
	2015	2015
Em 1º de janeiro de 2015 No inicio do exercício Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital Participação nos lucros de controladas Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto Dividendos Amortização de ágio Capitalização (Amortização) de juros capitalizados Provisão para perda em investimentos Alienação de investimentos (i) Em 31 de dezembro de 2015	618.069 1.020 78.935 9.231 (20.161) (1.150) (1.024) (655) (157.648) 526.617	180.990 1.020 9.231 (5.439) 1.888 (655) (157.648) 29.387
	Controladora 2014	Consolidado 2014
Em 1º de janeiro de 2014	614.373	150.556
Aporte de capital ou adiantamentos para futuro aumento de capital	18.717	18.717
Participação nos lucros de controladas	13.496	/-/
Participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto	12.214	12,214
Dividendos	(39.233)	(500)
Amortização de ágio	(1.150)	
Amortização de juros capitalizados	(348)	3
Em 31 de dezembro de 2014	618.069	180.990

⁽i) Valor de transferência dos custos dos investimentos liquidados nas linhas de transmissão MGE e Goiás, e na Enercasa. A operação de venda desses investimentos foi concluída, conforme detalhado na nota 8.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

				Consolidado
	Usinas e outros	Sistema de conexão	Obras em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2014	1.112.351	70.901	11.379	1.194.631
Adições	1.444		6.911	8.355
Amortização de encargos financeiros capitalizados	(344)			(344)
Transferência entre contas	3.183	1.938	(5.121)	
Depreciação	(51.519)	(3.088)		(54.607)
Baixas	(5.401)	(13)	(217)	(5.631)
Em 31 de dezembro de 2014	1.059.714	69.738	12.952	1.142.404
Adições	1.774		3.896	5.670
Amortização de encargos financeiros capitalizados	(262)			(262)
Transferência entre contas	(1.855)	(590)	2.445	
Depreciação	(48.908)	(2.888)		(51.796)
Baixas	(228)		(50)	(278)
Operações descontinuadas	(64.475)	(5.519)		(69.994)
Em 31 de dezembro de 2015	945.760	60.741	19.243	1.025.744

As taxas anuais de depreciação de bens do imobilizado são:

Usinas e outros
Reservatório, barragens e adutoras
4,23

%

3,99

4,31

6,25

14,29

3,66

4,00

Reservatório, barragens e adutoras
Edificações, obras civis e benfeitorias
Máquinas e equipamentos
Móveis e utensílios
Equipamentos informática e outros

Sistemas de conexão
Edificações, obras civis e benfeitorias
Máquinas e equipamentos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

A composição do intangível pode ser assim demonstrada:

		Controladora
	2015	2014
Estudos de viabilidade ambiental		
UHE Riacho Seco		9.536
UHE Torixoréu		2.500
UHE Itapiranga		1.100
PCH Bonança		1.502
Outros	313	93_
	313	14.731

Gastos referentes projetos em desenvolvimento foram provisionados para ajuste ao valor recuperável, por não apresentar benefícios econômicos futuros.

				Consolidado
			2015	2014
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Uso do Bem Público (UBP)	50.990	(12.137)	38.853	40.674
Ágio na aquisição de investimento (i)	30.349		30.349	30.349
Estudos de viabilidade ambiental				14.731
Direito de autorização (ii)	10.511		10.511	10.511
Licenças de operação	20.216	(13.330)	6.886	10.924
Contratos firmes (i)	5.751	(4.601)	1.150	2.300
Outros (iii)	10.191	(2.672)	7.519	6.721
	128.008	(32.740)	95.268	116.210

As taxas anuais de amortização do ativo intangível são:

	Taxa média
Uso do Bem Público (UBP) Estudos de viabilidade ambiental, de inventários e projetos	3,57 indefinido
Licenças de operação	20 a 25
Contratos firmes	20

- (i) Saldo referente ágio de expectativa de rentabilidade futura sobre a controlada Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. O Grupo efetuou teste de *impairment* considerando fluxo de caixa descontado, não identificando redução de valor recuperável para este ativo na data destas demonstrações;
- (ii) Se refere à *goodwill* das investidas Passos Maia Energética S.A. e Energen Energias Renováveis S.A (R\$ 3.541 e R\$ 6.970).
- (iii) Referente a juros capitalizáveis sobre empréstimos ponte quando da implantação das usinas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2014 Adição de intangível Amortização ágio sobre contratos firmes Baixa Intangível para perda Transferência Intangível BBE Amortização da UBP, licenças e outros Em 31 de dezembro de 2014	17.234 50 (1.820) (716) (17) 14.731	117.047 9.712 (1.150) (1.820) (716) (6.863) 116.210
	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2015 Adição de intangível Amortização ágio sobre contratos firmes Amortização da UBP, licenças e outros	14.731 312 (42)	116.210 1.059 (1.150) (6.163)
Provisão para ajuste ao valor recuperável (i) Em 31 de dezembro de 2015	(14.688)	(14.688) 95.268

(i) No 3º trimestre de 2015 a Companhia avaliou a recuperabilidade dos ativos intangíveis referentes projetos em desenvolvimento. Foi identificado que na data da avaliação os ativos não atendiam os requisitos mínimos previstos pelo CPC 04 Ativos Intangíveis para sua manutenção, o valor de R\$ 14.688 foi provisionado para baixa.

15 Propriedades para investimentos

A Companhia, com o objetivo de viabilizar a obtenção junto a ANEEL das autorizações ou outorgas para implantações futuras de PCHs, para as quais vem desenvolvendo estudos de inventário e projeto básico adquiriu antecipadamente terras nas proximidades de onde serão construídas as usinas (área a ser atingida pelo reservatório), sendo esta uma das condições para seleção e hierarquização dos interessados, no montante de R\$ 25.250 (R\$ 25.237 em 31 de dezembro de 2014).

16 Financiamentos

	Controladora					Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014			
Financiamento de obras - BNDES (i) Financiamento de obras - BNB (ii) Financiamento de obras - CDB (iii)			260.322 251.825	342.140 259.414 114.105			
Debêntures Financiamento de capital de giro Outros (Leasing)	9	124.675 18.166 26	133	124.675 18.166 102			
	9	142.867	512.280	858.602			
Passivo circulante	9	58.192	42.736	109.646			
Passivo não circulante		84.675	469.544	748.956			

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2014	174.305	923.254
Captações	45.005	45.033
Pagamentos	(101.480)	(199.670)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	25.234	76.121
Variação Monetária ativa		14.068
Outros	(197)	(204)
Em 31 de dezembro de 2014	142.867	858.602
	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2015	142.867	858.602
Captações		128
Pagamentos	(158.319)	(409.200)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	15.328	62.630
Variação Monetária ativa		50.602
Destinação de operações descontinuadas		(50.639)
Outros	133	157
Em 31 de dezembro de 2015	9	512.280

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

(i) Financiamentos para construção de usinas hidroelétricas e biomassa com o BNDES

				Consolidado
Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a.	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Monel Monjolinho Energética S.A.	Outubro de 2026	TJLP + 2,1	132.210	144.442
Santa Rosa S.A.	Fevereiro de 2023	TJLP + 3.8	52.479	59.648
Enercasa – Energia Caiuá S.A.	Junho de 2025	TJLP + 2,5		50.639
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	41.467	44.562
Esmeralda S.A.	Abril de 2029	TJLP + 3,5	16.714	21.770
Santa Laura S.A.	Julho de 2020	TJLP + 3,5	17.452	21.079
			260.322	342.140

(ii) Financiamentos para construção de usinas eólicas BNB

				Consolidado
Empresas	Vencimento	Encargos financeiros - % a.a.	2015	2014
Macaúbas Energética S.A. Novo Horizonte Energética S.A. Seabra Energética S.A.	Julho de 2028 Julho de 2028 Julho de 2028	9,5 9,5 9,5	92.069 80.624 79.132 251.825	95.169 82.547 81.698 259.414

O referido contrato de financiamento prevê bônus de adimplência de 25% sobre encargos financeiros, passando de 9,5% a.a. para 7,125% a.a.

Todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos (covenants) com o BNB vêm sendo atendidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Financiamento para construção de usina eólica com CDB (China Development Bank), Debêntures e Capital de Giro

Estas linhas de créditos foram quitadas durante o 3º trimestre pela Companhia conforme detalhado na nota explicativa "1 (b)" posição financeira .

17 Concessões a pagar

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 70.312 (R\$ 64.493 em 31 de dezembro de 2014) se refere integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Alzir dos Santos Antunes (Monel Monjolinho Energética S.A.), ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50%. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

18 Impostos e contribuições

		Controladora		Consolidado
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
IOF a recolher Tributos retidos na fonte (ISS, IRRF,	16.584	11.917	16.584	11.917
INSS,CSLL e outros)	14	25	368	584
PIS a pagar	5		536	
COFINS a pagar	34		2.605	2.544
Taxas e contribuições ANEEL	<u></u>		955	597
	16.637	11.942	21.048	15.642
Passivo circulante	16.637	11.942	19.924	15.343
Passivo não circulante			1.124	851

19 Outros passivos

	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	
	de 2015	de 2014	de 2015	de 2014	
Provisão ambiental (i)			22.401	23.225	
Proprietários de áreas	1.905	1.905	3.200	3.176	
Provisões pré-operacionais (ii)			1.963	5.750	
Devolução de energia – CCEE (iii)			6.674	5.772	
Provisão para liquidação de mercado de curto prazo (iv)			32.621	27.070	
Outros credores diversos	768	8	1.426	983	
	2.673	1.913	68.285	65.976	
Passivo circulante	2.673	1.913	52.280	43.299	
Passivo não circulante			16.005	22.677	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Saldo referente autorização emitida pelo órgão licenciador ambiental que atesta que o empreendimento está em conformidade com a legislação ambiental, estando apto a ser implantado ou operar;
- (ii) Valores provisionados na fase de implantação da usina são classificados no ativo imobilizado em curso;
- (iii) Provisão de saldo de ressarcimento à CCEE pela geração inferior ao contratado conforme CER (Contrato de Energia de Reserva) da UEE Barra dos Coqueiros (Energen); e
- (iv) Provisão do saldo a pagar pelas usinas de geração hidrelétrica referente as diferenças de liquidação do mercado de curto prazo.

20 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2015, está representado por 143.347.224 de ações ordinárias nominativas (117.001.722 em 31 de dezembro de 2014), sem valor nominal.

21 Receita operacional líquida

Controladora			Consolidado
2015	2014	2015	2014
		252.568	190.916
10.770	11.049	40.924	35.823
		(4.983)	(4.468)
		(11.082)	(8.014)
10.770	11.049	277.427	214.257
	10.770	10.770 11.049	2015 2014 2015 252.568 10.770 11.049 40.924 (4.983) (11.082)

22 Custos e despesas por natureza

(a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

		Controladora
	2015	2014
Despesas com pessoal Viagens e estadias Depreciação e amortização Serviços de terceiros Aluguel Impostos e taxas	(5.733) (287) (143) 32 (30)	(3.184) (309) (89) (8) (29) (2)
Outros	(11)	(38)
	(6.173)	(3.659)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Gerais e administrativas

		Controladora
	2015	2014
Estudos em desenvolvimento	(18.584)	(3.326)
Provisões para contingências	(10.470)	
Remuneração dos administradores	(3.846)	(4.152)
Serviços de terceiros	(3.529)	(2.964)
Participação nos Resultados	(1.467)	(1.637)
Despesas com pessoal	(423)	(1.443)
Propaganda e publicidade	(359)	(943)
Viagens e estadias	(951)	(516)
Aluguel	(316)	(279)
Impostos e taxas	(72)	(16)
Outros	(1.085)	801
	(41.102)	(14.475)

(c) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

	Consolidado		
	2015	2014	
Depreciação e amortização	(58.126)	(58.428)	
Despesas com pessoal	(31.939)	(27.308)	
Encargos setoriais	(10.480)	(9.228)	
Serviços de terceiros	(3.628)	(3.185)	
Aluguel	(1.981)	(1.772)	
Seguros fianças e comissões	(4.343)	(1.332)	
Compra de energia	(1.065)	(361)	
Viagens e estadias	(812)	(816)	
Impostos e taxas	(9)	(18)	
Outros	(2.187)	(1.751)	
	(114.570)	(104.199)	

(d) Gerais e administrativas

	Consolida	
	2015	2014
Estudos em desenvolvimento	(18.584)	(3.326)
Serviços de terceiros	(11.941)	(11.188)
Provisões para contingências	(11.894)	` ,
Despesas com pessoal	(5.232)	(6.512)
Remuneração dos administradores	(3.846)	(4.152)
Participação nos Resultados	(1.467)	(655)
Encargos setoriais	(3.852)	(3.415)
Viagens e estadias	(1.242)	(1.095)
Propaganda e publicidade	(766)	(2.482)
Aluguel	(540)	(495)
Impostos e taxas	(243)	(111)
Seguros fianças e comissões	(95)	(136)
Penalidades	(690)	(1.054)
Outros	(1.383)	575
	(61.776)	(34.046)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado
	2015	2014	2015	2014
Despesas financeiras				
Com financiamentos	(15.328)	(25.234)	(62.631)	(72.336)
Cartas de fiança bancária	(2.195)	(3.789)	(2.207)	(6.650)
IOF, multas e juros sobre tributos	(6.281)	(2.954)	(6.490)	(3.183)
Variações monetárias passivas	(462)		(64.929)	(26.407)
Outras despesas financeiras	(10.118)	(3.270)	(26.102)	(14.096)
Receitas financeiras	(34.384)	(35.247)	(162.359)	(122.672)
Com aplicações financeiras	5.264	1.560	12.336	5.974
Variações monetárias ativas	7.075	4.877	25.988	20.547
	12.339	6.437	38.324	26.521
	(22.045)	(28.810)	(124.035)	(96.151)

24 Imposto de renda e contribuição social

(a) Do período

A Companhia, assim como as suas controladas Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. e Energen Energias Renováveis S.A., optaram pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

Os encargos de IRPJ e CSLL nos períodos findos em 31 de dezembro podem ser assim demonstrados:

		Consolidado
	Período findo em 31 de dezembro de	Período findo em 31 de dezembro de
	2015	2014
Regime de apuração Lucro real		
Imposto de renda	(11.415)	4.634
Contribuição social	(4.118)	1.429
	(15.533)	6.063
Lucro presumido		
Imposto de renda	(6.257)	(5.075)
Contribuição social	(3.145)	(2.499)
	(9.402)	(7.574)
Total do encargo no exercício	(24.935)	(1.511)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social corrente

		Consolidado
	Período findo em 31 de dezembro de 2015	Período findo em 31 de dezembro de 2014
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(32.114)	(18.019)
Exclusões / (Adições) ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	346	(84)
Resultado de participações societárias	8.902	13.966
	(22.866)	(4.137)
Alíquota nominal combinada do IR e CSLL %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação Resultado da diferença da tributação pelo lucro presumido para	7.774	1.407
controladadas	20.588	3.421
Exclusão dos tributos diferidos sem perspectiva de realização Resultado com tributos diferidos sobre prejuízo fiscal devido à	(53.297)	(5.959)
mudança de tributação		(259)
Outros tributos diferidos contabilizados no período		(121)
Encargo no resultado do período	(24.935)	(1.511)

25 Seguros

(a) Seguros de Responsabilidade dos Administradores (D&O Directors and Officers)

A Companhia é co-segurada na apólice detida pela parte relacionada Statkraft Energia do Brasil Ltda. com vigência até 31 de dezembro de 2016.

(b) Seguros de riscos operacionais

A companhia também possui seguro contratado para Riscos Operacionais para suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, com valores em risco e limites de indenização adequados a continuidade de suas operações.

(c) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente a companhia possui seguro de responsabilidade civil para suas usinas.

26 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas não possuem operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

26.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nas diversas distribuidoras de energia através dos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

_			Controladora				Consolidado
					Entre um		
-	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Menos de um ano	e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015							
Fornecedores	690			12.799			
Financiamentos	13			44.726	95.031	88.805	317.105
Partes relacionadas	616			0			
Contas a pagar por aquisição de terras	1.905			3.200			
Concessões a pagar				7.245	16.158	17.747	228.144
Em 31 de dezembro de 2014							
Fornecedores	1.669			35.771			
Financiamentos	58.192	100.873	29.202	152.853	275.804	203.411	911.653
Partes relacionadas	5.091			5.091			
Contas a pagar por aquisição de terras	1.905			3.176			
Concessões a pagar				6.791	14.642	16.085	225.327

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES e BNB (Nota 16), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas demonstrações financeiras. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apuramos o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as demonstrações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às demonstrações financeiras por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco BTG Pactual S.A., na data de 31 de dezembro de 2014, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN), na data de 31 de dezembro de 2014. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2015.

Statkraft Energias Renováveis S.A. (anteriormente denominada Desenvix Energias Renováveis S.A.) Notas explicativas da administração às demonstrações

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

					Var	iações adiciona	iis no saldo c	ontábil (*)
	Fator de risco	Valores expostos em 31 de dezembro de 2015	Valores expostos em 31 de dezembro de 2014	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Empréstimos e financiamentos Aplicações financeiras Aplicações financeiras restritas Impacto líquido	CDI CDI CDI	(9) 68.386 82.356 150.733	(142.867) 2.035 51.170 (89.662)	583 1.384 1.967	875 2.076 2.951	1.167 2.769 3.936	1.458 3.461 4.919	1.750 4.153 5.903
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(260.322)	(342.140)	(2.220)	(3.331)	(4.441)	(5.551)	(6.661)
Empréstimos e financiamentos Taxas consideradas - % ao ano Taxas consideradas - % ao ano	Libor CDI TJLP	14,14% 7,00%	9,77% 5,00%	7,07% 3,50%	10,61% 5,25%	14,14% 7,00%	17,68% 8,75%	21,21% 10,50%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, concessões a pagar e partes relacionadas pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos ativos e passivos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas especificas da companhia. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um ativo ou passivo forem adotadas pelo mercado, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 2.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1);
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2015:

Em 31 de dezembro de 2015

			Consolidado
	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo Aplicações financeiras restritas	82.356	_	82.356
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Investimentos		61.330	61.330
Total do ativo	82.356	61.330	143.686
Em 31 de dezembro de 2014			Consolidado
	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativo			
Aplicações financeiras restritas	51.170		51.170
Investimentos não controlados ao valor justo		63.698	63.698
Total do ativo	51.170	63.698	114.868

A Companhia possui investimentos nas empresas CERAN - Companhia Energética Rio das Antas na ordem de 5% e DFESA - Dona Francisca Energética S.A. na ordem de 2,12% sem influência significativa registrados a valor justo nos respectivos montantes de R\$ 53.372 mil e R\$ 7.958 mil. A companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar em valores diferentes dos atuais registrados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Instrumentos financeiros por categoria

F	6			
	Ativos e passivos ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Disponível	consolidado Total
31 de dezembro de 2015 Ativos, conforme o balanço patrimonial Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Partes relacionadas Outros ativos Aplicação financeira restrita Investimentos Ceran e Dfesa Propriedades para investimentos	42.201 25.250 67.451	79.905 70.113 9.846 7.312	61.330	79.905 70.113 9.846 7.312 42.201 61.330 25.250 295.957
				11.1
	Ativos e passivos ao valor justo por		Disponível	<u>onsolidado</u>
	meio do	Empréstimos	para	
31 de dezembro de 2014 Ativos, conforme o balanço patrimonial Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes Partes relacionadas Outros ativos Aplicação financeira restrita Investimentos não controlados ao valor justo Propriedades para investimentos	51.170 25.237 76.407	23.744 53.766 14.061 4.039	63.698 63.698	23.744 53.766 14.061 4.039 51.170 63.698 25.237 235.715
or de devembre de corr			Co	onsolidado
31 de dezembro de 2015 Passivo financeiro não a valor justo Fornecedores Financiamentos Partes relacionadas Contas a pagar por aquisição de terras Concessão a pagar		_		42.067 512.280 616 3.200 70.311
31 de dezembro de 2014 Passivo financeiro não a valor justo Fornecedores Financiamentos		=		35.771 858.602
Partes relacionadas Contas a pagar por aquisição de terras Concessão a pagar		_		5.091 3.176 64.493

967.133

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* podem ser avaliadas mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

				Consolidado		
			2015	2014		
Contas a receber Contrapartes com classificação externa de crédito (*)						
AA+ A+ AAA			746 2.891	1.276 1822 323		
AA A			297	302 545		
AA- A-			7.855			
B BBB+ BB+			181	7.652 1.462		
			11.970	13.382		
Contrapartes sem classificação externa de crédito Grupo 1 Grupo 2 Grupo 3	598	1.087	57·325 818	20 38.675 1.689		
Partes relacionadas Grupo 2	210.318	106.990	9.846	14.061		
Total de contas a receber e partes relacionadas	210.916	108.077	79.959	67.827		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira restrita						
Caixa em espécie - sem classificação brAAA Local Aaa.br Moody's br.BBB- Local Baa3.br Moody's	57.605	2 11.327	22 135.375 26.864	12 50.881 24.021		
	57.609	11.329	162.261	74.914		

Legenda:

(*) Rating de classificação Standard & Poor's exceto o rating de classificação BBB(2) obtido pela Fitch Ratings

Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses) - não aplicável.

Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.

Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas - não aplicável.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Outros riscos operacionais

(a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE (Mecanismo de Realocação de Energia), cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Como estratégia de mitigação do risco do MRE e diversificação de portfólio o Grupo retirou as suas investidas PCH Moinho e PCH Passos Maia deste mecanismo e aderiu também à MP 688.

(b) Risco de não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

28 Contingências

A companhia e suas controladas possuem contingências com risco provável de desembolso futuro cujos valores encontram-se provisionados conforme apresentado na Nota 19. Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados nesta nota explicativa, conforme quadro abaixo.

		Controladora
	2015	2014
	Risco possível	Risco possível
Civil	200	200
		Consolidado
	2015	2014
	Risco possível	Risco possível
Cível	2.172	2.012
Administrativo	457	454_
	2.629	2.466

As contribuições previdenciárias e demais encargos sociais e os tributos incidentes sobre as receitas e outros, bem como as declarações de rendimentos da Companhia e de suas empresas controladas, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo e a eventuais lançamentos adicionais.

A Companhia e suas empresas controladas estão sujeitas a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais, relativas ao meio ambiente, adotando como política o adequado cumprimento das mesmas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dessa forma, a administração não prevê custos de reparação ou de multas de qualquer natureza.

As licenças de operação indicam determinadas condições e restrições quanto a questões relacionadas ao meio ambiente que estão sendo observadas e atendidas pela Companhia e suas empresas controladas.

Saldos de contingências passivas consideradas prováveis pela administração da Companhia. A movimentação em 2015 ocorreu pelo reconhecimento de contingência cível, processo de arbitragem em andamento, no montante de R\$ 40.299 relacionada à investida BBE - Brasil Bioenergia S/A. Com relação a esta contingência, foi recebido pela Companhia por parte Jackson Empreendimentos S/A o montante de R\$ 38.600, sob aplicação financeira restrita (Nota 9). Além deste montante foi reconhecido o montante de R\$ 9.928 de contingências cíveis relacionadas aos investimentos em Linhas de Transmissão vendidos no 3º trimestre de 2015 mais as devidas atualizações;

Além dos valores apresentados no quadro acima, a Companhia também é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Publico do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$ 1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo contudo ilíquida para a fase processual em que se encontra a lide."

29 Resultado por ação lucro básico e diluído por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia Quantidade média ponderada de ações	(60.402)	(18.956)	(63.770)	(19.528)
ordinárias em circulação	130.421	117.002	130.421	117.002
Lucro por ação	(0,46313)	(0,16201)	(0,48895)	(0,16690)

Ações em circulação, conforme normas aplicáveis se referem ao total de ações emitidas pela Companhia excluídas aquelas mantidas em tesouraria, quando aplicável.

* * *